

POSICIONAMENTOS DOCENTES DIANTE DA HOMOFOBIA E HOMOAFETIVIDADE NA ESCOLA

Autor: SANTOS, Luciano Pereira;
PPGE/FaE/UFPel – Universidade Federal de Pelotas / Brasil.

Co-autora: CUNHA, Amélia Teresinha Brum;
PPGE/FaE/UFPel – Universidade Federal de Pelotas / Brasil.

Palavras-chave: Homofobia, homoafetividade, escola.

Eixo Temático: Saberes feministas y LGTTIBQ: Producción crítica de conocimiento.

A sexualidade no universo escolar tem sido um tema polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores nos diversos cenários sociais. Assim como em outros espaços, na escola essa temática também vem enfrentando tabus e preconceitos. Quando se trata das homossexualidades, certamente a questão se torna mais delicada diante da sociedade heteronormativa em que vivemos. Ao tempo em que se apresenta como um tema intrigante, que incentiva e provoca o debate, as homossexualidades são alvo de perseguições de correntes de pensamentos conservadoras e de vários segmentos religiosos.

A pretensão desse artigo é refletir sobre a diversidade sexual na escola, na homofobia, tendo como foco os discursos, práticas e posturas docentes traduzidos em apoio ou repressão das manifestações de homoafetividade, atitudes ou inoperância, falas e silenciamentos e indiferença do/as docentes.

Considerando o docente como referência aos educandos, a importância dessa discussão se dá na busca pela compreensão das razões pelas quais se norteiam suas práticas em sala de aula diante da diversidade sexual, possibilitando assim, a reflexão para a formulação e proposição de ações mais efetivas na promoção da igualdade de direitos e ao combate à homofobia na escola.

Nos últimos anos, essas discussões sobre tem ganhado espaço em diferentes cenários como mídia, política, educação, movimentos sociais, problematizando a homofobia e possibilitando a criação de ações afirmativas de combate à discriminação e à violência. Fruto do aumento expressivo dessas discussões surge o programa “Brasil sem Homofobia” e o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, do Governo Federal.

No Brasil, a educação é o direito básico garantido constitucionalmente que se tem mais acesso nos dias de hoje, independente da classe social a que se pertença. Isso ressalta a importância da escola como espaço de combate à discriminação e preconceitos. Ao manifestar-se no ambiente escolar a homofobia se opõe à construção de uma consciência crítica e ao desenvolvimento de práticas orientadas pelo respeito à pluralidade e à igualdade de direitos. No que tange à educação Foucault (2013) nos alerta:

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2013, p.41).

Na escola, a homofobia é expressa por meio de agressões verbais e ou físicas, do isolamento e da exclusão, cujas consequências podem ser a evasão escolar e o sofrimento.

Mas, isso não é novo, a novidade nesse cenário é a crescente visibilidade que a questão vem conquistando.

É na escola que as crianças e jovens vão conviver diretamente com as diferenças. É nesse espaço que eles confrontam com crenças, costumes e saberes diferentes daqueles do ambiente doméstico onde são criadas. É nessa convivência diária com o outro, que começam a construir suas identidades. A escola, como espaço público de formação e socialização, tem ao longo da história, reproduzido as diferenças ao classificar os sujeitos por etnia, sexo e classe social, e contribuído para a manutenção da norma social hegemônica. Assim, marginaliza e exclui os que não se enquadram nos padrões da heteronormatividade.

Considerando o caráter cultural que a institui, a escola não pode ser tomada por um espaço estático. Ela é um campo de tensões, conflitos e disputas onde se estabelecem relações de poder, posto que, tanto rejeita, quanto produz e/ou compartilha significados (MOREIRA E CANDAU, 2003). À vista disso, caracteriza-se em um ambiente em movimento, onde se instauram confrontos e embates entre políticas, discursos e práticas. Portanto, a escola se constitui como campo social onde seus agentes estabelecem relações de poder entre si. Os docentes ocupam, na relação com os discentes, um poder dominante, baseado no capital cultural e simbólico que os instaura nesse espaço. Conforme nos elucidava Bourdieu (1998):

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido, que permite impor um *percipere*. (BOURDIEU, 1998, p.145)

As atitudes, as falas, os gestos dos docentes, nessa perspectiva, adquirem um poder maior, nas relações estabelecidas com discentes. Poder este, que é legitimado pela sociedade e pelos próprios educandos. Assim, as práticas e posturas dos docentes são constituídas pelo discurso que os institui, destarte, a realidade produzida pelo conhecimento é uma realidade mediada pelo discurso, visto que ela é atravessada pelos mecanismos políticos de exercício de autoridade, quer no campo político, quer no aspecto simbólico ou acadêmico. Nesse contexto, segundo Foucault (2013), “*o discurso não é simplesmente aquilo que traduz a luta ou sistemas de dominação, ou simplesmente aquilo que manifesta o desejo, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar*” (FOUCAULT, 2013, p. 10).

Para Foucault (2009) o discurso cria “verdades”, produz saberes, formas de pensar e interpretar o mundo, verdade entendida como processos de criação e invenção de nós mesmos. Nesse sentido a ciência é produzida por nós, constituída pelo nosso discurso. A ciência é, então, uma vontade da verdade (FOUCAULT, 2013). A escola, portanto, é um espaço de criação, produção e apropriação das ciências – naturais e humanas – constituída a partir dos discursos de seus agentes. Consequentemente, os discursos docentes criam e professam “verdades” traduzidas e reveladas em suas interlocuções, práticas e posturas que ficam intrinsecamente engendradas na constituição dos sujeitos/educandos. Caetano (2013) sinaliza:

Pensar as identidades sexuais significa também compreender os discursos dos seus sujeitos. Essa compreensão requer ainda, refletir sobre as práticas educativas que nos formaram e influíram na maneira como percebemos o significado de ser homem ou mulher, frequentemente orientado por dicotomias (CAETANO, 2013, p.37).

Na escola, seus agentes interagem com as diversas formas de expressão da sexualidade que ali se fazem presente. A sexualidade, aqui entendida como um conjunto de descobertas, crenças, práticas, escolhas, fantasias, e experiências relacionadas ao ato sexual construído ao

longo da vida dos indivíduos, que se encontra recoberto por valores morais, que são determinados por comportamentos e costumes sociais que dizem respeito ao coletivo. Desse modo, sexualidade é o conjunto de processos sociais que produzem e organizam a expressão do desejo e o gozo dos prazeres corporais, orientados a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, ou a si mesmo/a (NUNES, 2005).

Diante disso, ao refletir sobre a diversidade sexual na escola, na homofobia declarada ou velada, porém presente nesse ambiente, na repressão das manifestações de homoafetividade, na inoperância, silenciamentos e/ou indiferença daqueles e daquelas que deveriam promover a cidadania e igualdade de direitos, abre-se espaço para conjecturações e questionamentos sobre o papel do profissional da educação diretamente ligado com o processo de formação das crianças e jovens.

Se, somos sujeitos em construção e se nossa identidade se constrói a partir das relações sociais que estabelecemos, se somos fruto do contexto social, o/a profissional da educação não é diferente.

Desse modo, a reflexão sobre o assunto nos traz a seguinte questão: “De que maneira os professores e professoras levam para a sala de aula seus valores e princípios pessoais diante de situações homofóbicas e/ou manifestações homoafetivas?”

Pode-se observar nos estudos relacionados às diversidades sexuais, que quando se fala de homofobia e manifestações homoafetivas no ambiente escolar, na maioria das vezes, a temática posiciona-se na questão de como estas ocorrem entre os alunos, na questão da formação docente, na inserção do tema nos currículos, na questão da defesa e ampliação de direitos, no papel da escola, na formação cidadã de crianças e jovens, etc. Mas, e quanto aos docentes? Estão despreparados, apontam as pesquisas, sentem receio em tratar do tema, tem dificuldade de lidar com essas questões, silenciam-se diante de situações homofóbicas, se sentem incapazes de agir... Por quê? Fica a pergunta.

É importante considera-los também, como fruto das relações sociais que exercem, como sujeitos detentores de direitos e obrigações, como pessoas portadoras de experiências pessoais outras, para além da escola, com idades, gerações e identidades diferentes, portadores de valores morais e éticos. Mas, onde são construídos os valores morais que temos? Onde se aprende a ética? O que prevalece quando se está na sala de aula? E os valores carregados pelos professores e pelas professoras, como lidam com isso diante das questões de homoafetividade e homofobia na escola? Como ocorrem os discursos sobre essa temática entre os docentes? São pautados nos conceitos politicamente corretos ou prevalecem os juízos individuais de moralidade e valor?

A angústia pedagógica aqui posta está na reflexão sobre até que ponto o discurso politicamente correto e a ética da profissão se desvinculam, na prática em sala de aula, do sujeito construído historicamente, fruto de suas relações sociais e, portanto detentor de valores constituídos ao longo de suas experiências, que ali está no cumprimento da função profissional de professor.

Estudos e pesquisas apontam que a sociedade brasileira, em sua maioria, *principalmente educadores*, acredita que o sexo biológico define os papéis sexuais (VENTURI, 2009).

A Pesquisa Nacional “Diversidade na Escola” aponta que 87,3% dos pesquisados tem preconceito em relação à orientação sexual e 98,5% tem algum nível de distanciamento social. 26,6% dos/as alunos/as, 20,5% dos/as funcionários/as e 10,6% dos/as professores/as concordam com a frase “eu não aceito a homossexualidade” e 23,2% dos/as alunos, 23,4% dos funcionários/as e 11,8% dos/as professores/as concordam que a homossexualidade é uma doença (MAZZON - FIPE/INEP/SECAD, 2009).

A pesquisa “O Perfil dos Professores Brasileiros”, realizada pela UNESCO em 2002, aponta que 59,7% dos professores/as julgam ser inadmissível as relações homossexuais;

21,2% não gostariam de ter vizinhos homossexuais (UNESCO, 2004). Outra pesquisa da UNESCO intitulada “Juventudes e Sexualidade” realizada em 14 capitais brasileiras, demonstrou que o percentual de professores/as que declaram não saber como abordar os temas relativos a homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória. Professores/as que acreditam ser a homossexualidade uma doença: 12% em Belém, Recife, Salvador, entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza. Recife (ABROMAVAY, CASTRO, SILVA, 2004).

Durante a “Parada do Orgulho GLBT” em 2004, na cidade do Rio de Janeiro, dos entrevistados entre 15 e 18 anos, 40,4% afirmaram terem sido discriminados na escola por serem homossexuais ou transgêneros (CARRARA, RAMOS E FACCHINI, 2005). Na Parada de São Paulo em 2005: 32,6% declararam a escola e a faculdade como espaços de marginalização e exclusão de LGBT’s e 32,7% disseram discriminação por parte de professores/as ou colegas (CARRARA, RAMOS, SIMÕES E FACCHINI, 2006). Em Belo Horizonte, na 8ª Parada em 2005, a escola foi apontada como a instituição de maior frequência de manifestações homofóbicas: 34,5% declararam ter sofrido ali frequentes ou eventuais discriminações (PRADO, RODRIGUES, MACHADO, 2006). Na 8ª Parada Livre de Porto Alegre em 2004, a escola apareceu em primeiro lugar como espaço de discriminação contra LGBT’s. 40% dos jovens de 15 a 21 anos apontaram discriminação por parte de professores/as e colegas (KANAUTH E BENEDETTI, 2006).

Diante dos dados apontados podemos vislumbrar a questão da homofobia no ambiente escolar. Negar a existência de homossexuais na sala de aula, fingir que eles e elas não existem, possibilita que educandos gays e lésbicas reconheçam a si mesmo como desviantes, malquistos, desprezíveis e insignificantes e sejam acometidos por gozações e insultos no ambiente e nas atividades escolares (LOURO, 1997). Recorrentemente nos discursos docentes aparece a palavra “problema” ao fazerem referência às diversidades sexuais e pessoas LGBT’s, no entanto o problema está nas práticas educativas diante do fato do/a professor/a não saber como agir em relação a estas questões e situações. Problema que, no contexto escolar da prática pedagógica, não deve ater-se as atitudes dos educandos, mas sim nas posturas e abordagens dos educadores frente às manifestações da sexualidade (JOCA, 2008). A omissão e ausência de ação do/a docente diante de manifestações homofóbicas se traduz em silenciamento pretensioso, como esclarece Guacira Louro (1997) “*ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda ‘eliminá-los’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui a ausência da fala aparece como garantia da ‘norma’*” (LOURO, 1997, p.67-68). A omissão dos/as docentes que evitam discutir a diversidade sexual e de gênero na escola é evidenciada por meio desses silenciamentos diante das violências físicas ou verbais a que são submetidos os estudantes LGBT’s. Britzman (1996, p. 79-80 *apud* DINIS, 2011, p. 43) descreve o temor desses docentes em abordar a temática no ambiente escolar:

... existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A idéia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de “recrutar” jovens inocentes (...) Também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada de ser gay ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos. (BRITZMAN, 1996, p.79-80 *apud* DINIS, 2011, p.43).

Na pesquisa de Liane Rizzato (2013) com docentes que passaram por um curso de formação continuada em gênero, sexualidade e homofobia, destaca-se que alguns, após a formação, desenvolveram ações sobre sexualidade em suas aulas sem fazer menção à

diversidade sexual. Os/as professores/as apresentam diferentes percepções sobre homofobia na escola, assim como níveis distintos de envolvimento com a temática. A experiência social em homofobia desses sujeitos mostra-se fortemente permeada por suas vivências pessoais e profissionais, pelo grau de contato com pessoas não heterossexuais, pela participação no curso de formação e pela experiência social em gênero e sexualidade. Contradições e dissonâncias são constantes em seus discursos. A pesquisadora afirma que muitas variáveis são apresentadas nos relatos dos/as docentes pesquisados, variáveis que contradizem umas às outras. É perceptível um esforço para manutenção da “normalidade” nas vivências sexuais e nos relacionamentos afetivos. A heteronormatividade compulsória aparece na determinação da masculinidade, na força do discurso religioso e político nas falas dos/as docentes e em suas percepções sobre homofobia (RIZZATO, 2013).

Em 2009, uma pesquisa sobre a percepção das professoras do ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola, realizada em escolas estaduais de Santa Maria / RS, indica que as questões relativas às sexualidades não são questões formais na escola. Brincadeiras e discriminações aos que são ou parecem ser homossexuais são ignoradas e as professoras sentem dificuldades em abordar o tema da homofobia em sala de aula. A pesquisa ressalta a necessidade de sensibilização do corpo diretivo – diretoras e orientadoras pedagógicas – para com a temática para que possam dar suporte às docentes que abordam o assunto. (BORGES, PASSAMANI, OHLWEILER, & BULSING, 2011).

Ao debruçarmos o olhar sobre os estudos aqui expostos, nos deparamos com um cenário alarmante que foge aos propósitos de uma educação para todos e todas. Ao refletirmos sobre o real papel do e da docente e de sua intensa participação no processo de constituição dos sujeito/educandos e, por conseguinte, no processo de construção das transformações e identidades sociais, assusta-nos os dados apresentados. Quem, daqueles e daquelas que frequentam ou frequentaram a escola, que não se lembra dos diversos professores e professoras que tiveram? Algumas falas, atitudes, gestos e posturas de alguns/algumas docentes que fizeram parte da nossa vida escolar, ainda vivem em nossas memórias, por mais distante que seja o agora do antes. Os posicionamentos dos e das docentes, dos e das colegas, do próprio ambiente escolar, nos marcam, nos interpelam e participam do nosso processo de constituição enquanto sujeitos, tal qual nos lembra Louro (2000):

(...), possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (LOURO, 2000 p.15)

Podemos observar que grande parte dos/as docentes brasileiros, estão imbuídos de repúdio quanto às homossexualidades. No quadro aqui apresentado evidenciam-se docentes que ainda acreditam que os papéis sexuais são definidos pelo sexo biológico, que tomam as homossexualidades por doença, julgando as relações homossexuais, inadmissíveis na sociedade. Revela ainda que, grande número de professores e professoras, não sabe abordar os temas relativos às diversidades sexuais em sala de aula. Os recortes das pesquisas aqui expostos relatam que por todo o país, estudantes homossexuais são discriminados, marginalizados e excluídos por colegas e por professores/as. O ambiente escolar aparece como lócus de manifestações homofóbicas, onde a heteronormatividade está embutida nas práticas educativas, e estas se empenham em ensinar a “ser homem” e “ser mulher”, dentro da perspectiva da norma hegemônica, conforme assinala Silva Júnior (2013):

Parece plausível intuir que o que está em jogo na escola, quando a homossexualidade serve de pretexto para degradar, hostilizar e violentar os indivíduos que fogem do arquétipo hegemônico do masculino e do feminino, são predicados do que é ser homem e do que é ser mulher” (SILVA JUNIOR, 2013, p.100)

A relutância em tratar do assunto é denunciada, ao nos atentarmos ao fato de que mesmo passando por um processo de formação, alguns docentes desenvolveram em suas aulas o tema “sexualidade” sem mencionar a diversidade sexual. Denota-se aí que, na escola, há diferentes percepções sobre homofobia e os docentes possuem níveis distintos de envolvimento com a temática. Evidencia-se que a experiência social desses sujeitos, relativas à homofobia e homoafetividade está permeada por suas vivências pessoais e profissionais, a partir do grau de contato que estabelece com pessoas não heterossexuais, pela participação ou não em cursos de formação e por suas experiências pessoais e sociais relacionadas a gênero e sexualidade.

Nos discursos docentes aparecem contradições, dissonâncias e um evidente empenho para manter a “normalidade” nas vivências sexuais e relacionamentos afetivos. Ainda revelam-se a força do discurso religioso e político, atravessados pelas percepções docentes sobre homofobia. A heteronormatividade compulsória aparece na determinação da masculinidade e no estabelecimento de relações de poder evidenciadas na hierarquização dos gêneros e das sexualidades. Nesse sentido, Foucault (2013) considera:

O que é afinal um sistema de ensino senão a ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes? (FOUCAULT, 2013, p.42).

Embora, nos últimos anos, o Ministério da Educação venha financiando projetos de formação de docentes e publicando materiais pedagógicos e livros, ainda que tenha incluído o tema na Conferência Nacional de Educação Básica e na Conferência Nacional de Educação, não há dúvidas de que o desafio frente a essas questões ainda é grande. Como um dos desdobramentos do Programa Brasil sem Homofobia, em 2010/2011 foi divulgado nacionalmente a distribuição, para seis mil escolas de ensino médio da rede pública, de um material educativo conhecido como “kits educativos anti-homofobia”. O material encontrou forte resistência de parlamentares vinculados a grupos homofóbicos e de fundamentalistas religiosos que o apelidaram de “kit gay”. Assim, por pressão da bancada evangélica no Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff em maio de 2011 vetou a produção desses kits que já tinha a distribuição marcada para o segundo semestre daquele ano.

Atentamos para a necessidade de que na escola se desenvolva a criticidade e pratique o “pensar certo”. Como afirma Paulo Freire (2003), a criticidade ou o “pensar certo” passa por uma espécie de vigilância epistemológica diante do preconceito: “*Faz parte igualmente do ‘pensar certo’ a rejeição mais decidida contra qualquer forma de discriminação* (FREIRE, 2003, p.36)”. Para o pedagogo brasileiro, a expressão “pensar certo” se refere a uma ação educativa ou pedagógica na qual a vivência do/a educador/a faça parte, como exemplo, da expressão discursiva do pensamento. Freire acrescenta: “*A prática preconceituosa de raça, de classe e de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia*” (Ibid.).

Ao considerarmos as discussões aqui postas, frisamos a urgência de políticas educacionais que busquem entender e respeitar a construção das identidades sexuais e de gênero. Faz-se necessário a efetivação concreta do Estado laico, que suprima a influência dos discursos religiosos no Congresso, ao tempo que refute as práticas políticas clientelistas e patrimonialistas das e pelas quais tem se beneficiado.

Lidar com essa relação de lutas, repressões e resistências ainda é um desafio para a educação brasileira.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary. G. & SILVA, Lorena. B.(2004).
Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil.
- BORGES, Zulmira. N., PASSAMANI, Guilherme. R., OHLWEILER, Mariane. I. & BULSING, Muriel. (2011).
Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). Curitiba, Brasil. *Educar em Revista/UFPR*, n.39.(jan-abr). 21-38
- BOURDIEU, Pierre. (1998)
O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CAETANO, Marcio. (2013)
Gênero e sexualidade: diálogos e conflitos. In. RANGEL, Mary.(org). *A escola diante da diversidade*. (35-68). Rio de Janeiro: Wak Editora.
- CARRARA, Sergio. RAMOS, Silvia. & FACCHINI, Regina. (2005).
Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do orgulho LGBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: Cepesc.
- CARRARA, Sergi. RAMOS, Silvia. SIMÕES, Julio. A. & FACCHINI, Regina.(2006)
Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do orgulho LGBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: Cepesc.
- DEACON, R. & PARKER, B.(2000).
Educação como sujeição e como recusa. In SILVA, T.T. (org). *O sujeito da Educação: estudos foucaultianos*. (97-110). 4ªed. Petrópolis: Vozes.
- DINIS, Nilson. F.(2011).
Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista/UFPR*. n.39. (jan./abr). 39-50.
- FOUCAULT, Michel.(2009).
O que é um autor? In: MOTTA, Manuel. B. (org.). *Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. (264-298). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. (2013).
A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª ed. São Paulo, Edições Loyola.
- FREIRE, Paulo.(1996).
Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- JOCA, Alexandre. M.(2008)
Diversidade Sexual na Escola: um “problema” posto a mesa. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará.

- KANAUTH, Daniela. & BENEDETTI, Marcos. (2006). (Orgs.).
Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 8ª Parada Livre de Porto Alegre. Relatório de pesquisa. Porto Alegre.
- LOURO, Guacira. L. (1997)
Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2ª ed. Petrópolis: Vozes,
- LOURO, Guacira. L.(2000). (org.).
O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade. (7-34). 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- MAZZON, José. A. (2009).
Pesquisa Nacional Diversidade na Escola. Fundação de Estudos e Pesquisas Econômicas. FIPE. São Paulo. FEA/USP.
- MOREIRA, Antonio. F.& CANDAU, Vera. M. (2003).
Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*. nº 23. (mai/jun/jul/ago). 156-168.
- NUNES, Cesar. A.(2005).
Desvendando a sexualidade. 7ª ed. Campinas/SP. Papirus.
- PRADO, Marco. A.M &MACHADO, Frederico.V. (2008)
Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez.
- RIZZATO, Liane. K. (2013).
Percepções docentes sobre a homofobia na escola: entre dissonâncias e continuidades. FEUSP.
- SILVA JUNIOR,Jonas.A. (2013)
Diversidade e educação: apontamentos sobre gênero e sexualidade na escola. In. RANGEL, Mary.(org). *A escola diante da diversidade*. (69-105). Rio de Janeiro: Wak Editora.
- UNESCO. (2004).
O perfil dos professores brasileiros. São Paulo: Moderna.
- VENTURI, Gustavo. (08/set/2009).
Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais. Disponível em:
www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1770.